

Caso de política

20 MAI 1987

A exploração descontrolada dos preços, inflação de abril anualizada para 881% acaba de ser atribuída, pelo presidente José Sarney, a um cochilo de caráter institucional: a falta de uma definição política sobre a duração do atual mandato presidencial. Na sentença do presidente da República, a remarcação dos prazos do governo vai acabar com a remarcação dos preços do mercado.

Para o presidente, inflação e recessão são problemas essencialmente políticos. Com a advertência: "Sem a recomposição do poder político, não há possibilidade de evitar o agravamento da inflação e, mais cedo ou mais tarde, o retorno indesejado da recessão".

Inflação e recessão, irmãs siamesas no caso brasileiro, são problemas políticos, sim. Elas derivam da desgovernança de um setor público inchado, inútil e desagradável, sustentado por uma classe política medíocre — que não faz e não sai de cima.

Um holocausto

São Paulo acaba de ganhar a taça de "chumbo" do pior transporte do mundo: ônibus atrasados, superlotados, inseguros e assaltados deram de devorar metade do orçamento doméstico da família operária da periferia paulistana. Com uma espantosa remarcação tarifária de 433% em apenas 14 meses, contra uma variação de apenas 105% do salário médio dos ilustres usuários, o transporte coletivo da má qualidade deixou de ser um serviço público tangido pela tarifa social. Agora, por conta do "realismo administrativo" do prefeito Jânio Quadros, transportar gente feito gado virou um bom negócio privado, caso único no mundo.

Um casal de periferia, com

cinco filhos pingentes, obriga-se a tomar oito tarifas de oito cruzados por dia, naquela base metropolitana do dois pra lá, dois pra cá. O desembolso mensal do casal, desde segunda-feira, é de Cz\$ 1.920,00. Marido vigia de clube social e mulher faxineira de casa particular ganham juntos, Cz\$ 4.650,00 por mês.

Desde ontem, eles estão cortando na comida, na roupa, na escola e na farmácia.

São marcianos?

De bate-ponto, a chamada integração ônibus-metrô corrige a paridade, com um aumento de 140% nas tarifas do metrô. Ou acima de 310% nos últimos 14 meses. Decisão do governador Orestes Quércia, que não ousa sequer honrar o gatilho salarial para os 590 mil servidores estaduais, habitantes do planeta Marte, endereço do "muda Brasil".

Os funcionários do estado não andam de ônibus nem de metrô. Eles voam com as próprias asas e levantam-se do chão puxando os próprios cabelos. Enquanto isso, deputados federais, constituintes da gente, acabam de faturar um auto-reajuste que vai de 64% a 107% (com auxílio-moradia). Quem não tem "apartamento funcional" passa a embolsar, sem hora extra, Cz\$ 174.062,00. Claro, isentos do Imposto de Renda.

Eles merecem. Passam a vida discutindo a fome do povo brasileiro e podem cortar a inflação e a recessão pela raiz — de definirem a duração do mandato do atual presidente da República. Nas horas vagas, cuidam de definir o novo regime: parlamentarismo presidencial ou presidencialismo parlamentarista?

A dívida moral

Na conferência sindical da dívida externa, na Unicamp,

as centrais sindicais da América Latina e do Caribe estão questionando a legitimidade da dívida contratada por governos perdulários (abertos ou fechados). UNS, enterram bilhões de dólares em projetos santuários e corrompidos — que não passam sequer pelo teste de moralidade de uma concorrência pública digna do nome. Outros, financiam regimes opressores na importação de material bélico. Em certos países, os dinheiros da dívida da nação estão amoitados em contas numeradas fora da própria. Um deles queimou um quarto da dívida numa guerra aberta contra um determinado credor pela posse de uma ilha enregelada dos mares austrais.

A chutometria é livre: estimativa do **international investor**, de 1984, revela que um terço da dívida continental de US\$ 430 bilhões perdeu-se em aplicações antieconômicas, anti-sociais, antinacionais.

Os bancos nada têm a ver com isso, certo? Eles apenas não calibraram os riscos da má aplicação da poupança alheia. Essa má seleção de riscos, que culmina no financiamento da corrupção, sem bandeira, começa pela aprovação de projetos mirabolantes, sem nenhum lastro de viabilidade econômica ou de retorno social.

Acontece que os banqueiros não devem enveredar por essa condenação ética e estética dos mutuários encalacrados. O sistema financeiro internacional não tem crédito moral para sacar contra o Brasil a moratória unilateral, por exemplo.

A "debt crisis" dos anos 80 foi desencadeada pela explosão dos juros e pela deterioração das trocas — por iniciativa unilateral dos países credores, a dano de todos os devedores.